

RAÍZES DO DESENVOLVIMENTISMO: PENSAMENTO E AÇÃO DE JOÃO PINHEIRO

JOÃO ANTÔNIO DE PAULA¹

Resumo: O artigo busca identificar nas idéias e ações de João Pinheiro, elementos do que veio a ser chamado de “desenvolvimentismo”. Explícita referência de Juscelino Kubitschek, João Pinheiro encarnou certa tradição republicana, que, tendo como base o positivismo, atribuiu papel importante ao Estado como sujeito do “desenvolvimento nacional”.

Foi significativo o empreendido por João Pinheiro, sobretudo no referente à modernização do sistema de ensino. João Pinheiro, e políticos ligados a ele, como Afonso Pena, foi um dos líderes do grupo político chamado “Jardim da Infância”, identificado com a renovação da plataforma de política econômica no Brasil pela defesa de teses, como a da proteção da indústria nacional.

De resto, seja por seus aspectos positivos, seja por seus limites, a trajetória de João Pinheiro condensa o essencial do “desenvolvimentismo” brasileiro, tanto em seus aspectos modernizantes, quanto em sua reiterada incapacidade de distribuir os frutos da modernização.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, República, desenvolvimentismo, Brasil, Minas Gerais.

1. Introdução

Hoje, como há cem anos, debate-se, no Brasil, a necessidade de se superar o atraso econômico e social que tem acompanhado a nossa história, resistente a diversas modalidades de arranjos institucionais, regimes políticos e políticas econômicas que visam o desenvolvimento do país. Este atraso econômico renitente, referindo-se à perspectiva comparativa em relação a países exitosos do ponto de

¹ Professor do Cedeplar/Face/UFMG.

vista econômico-material, não significou, com algo de paradoxal, ausência de crescimento econômico que ocorreu expressivamente no Brasil. Sabe-se que a economia brasileira foi das mais dinâmicas do mundo durante longo período no século XX. Contudo, o crescimento significativo e prolongado alcançado não foi suficiente para alterar o quadro estrutural da economia, que permaneceu atrasada, relativamente, num sentido específico, isto é, marcada por fragilidade externa, por mercado interno restrito, por incapacidade estrutural de distribuir renda e riqueza.

Reconhecer a continuidade dos constrangimentos que têm marcado a economia brasileira desde o século XIX não significa extinguir diferenças, ignorar transformações que ocorreram em vários e importantes aspectos tanto interna quanto externamente. E mais, ignorar o capitalismo que viu o Brasil instaurar a República; ignorar o Brasil que vive hoje as vicissitudes da “globalização globalitária” de que falava Milton Santos.

E, ainda, o Brasil é aquele que, abolida a escravidão, e instaurada a República, pareceu acreditar na irresistível arrancada para o progresso. Durante certo tempo, nos primeiros anos da República, a irrealização de sua promessa progressista pôde ser atribuída ao inconformismo do velho, atrasado, que recusava o novo – a reação das velhas elites monarquistas nos episódios da Revolta da Armada, em 1893, e da Revolução Federalista, entre 1893 e 1895; a reação do fanatismo religioso, no caso de Canudos, entre 1893 e 1897.

Não foi rápido nem fácil o processo de estabilização do poder republicano. Eclodiram outros conflitos e tensões importantes, como a Revolta da Vacina, em 1904, a Revolta da Chibata, em 1910, a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916.

Sem raízes profundas na vida política brasileira do século XIX, a República instaurou-se aqui em evento algo artificial, demandando, para sua efetiva consolidação, a mobilização de uma complexa e heterogênea tessitura a que não faltaram violência e cooptação, adesismos oportunistas, conversões suspeitas e até entusiasmos legítimos.

No centro do processo de estabilização do poder republicano, duas políticas foram decisivas: a “política dos governadores”, iniciada em 1898, e a “política do café-com-leite”, estabelecida no acordo de Ouro Fino, de 1913. No essencial, essas duas políticas consagraram uma espécie de

triumvirato do poder de três grandes estados – Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul –, que marcará a República Velha.

Esse pacto oligárquico esteve longe de ser imune a contestações e solavancos. Tendo como fundamento material a robusta hegemonia da economia cafeeira, a estabilidade do pacto oligárquico dependeu, essencialmente, das vicissitudes da atividade cafeeira e, sobretudo, da capacidade de suas oligarquias operadoras de convencerem o país de que os interesses dos cafeicultores representavam os interesses nacionais. Enquanto isso foi possível, pela mobilização de variados instrumentos de negociação e coerção, a República cafeeira manter-se, apesar dos episódios de ameaças disruptivas, como as representadas pelas candidaturas de Rui Barbosa, em 1910, e Nilo Peçanha, em 1922.

Os anos 1920, como é sabido, foram marcados pela aceleração da crise do pacto oligárquico, seja pela série de movimentos contestatórios decorrentes dos militares, a partir de 1922, seja pela presença crescente dos trabalhadores urbanos organizados. Contudo, é inegável que a dimensão essencial que explica a queda da República dos Fazendeiros é a crise de 1929 e suas conseqüências sobre a economia cafeeira. Trata-se aqui de ver a crise de 1929 como o processo que inviabilizará qualquer tentativa de continuidade das velhas imposições da “socialização das perdas”, que marcaram a hegemonia da economia cafeeira durante a República Velha.

A Revolução de 1930, corolário da crise da dominação cafeeira, abrirá um novo tempo para a economia e a sociedade brasileiras. Tempo em que o Estado, superando a sua limitada atuação como agência de proteção dos interesses cafeeiros, se lançará em variadas frentes de intervenção, configurando o que se chamou de “estado desenvolvimentista”, que marcou a história brasileira de 1930 a 1980, assumindo neste período tanto perspectiva nacionalista (1930-1945; 1951-1954; 1961-1964) quanto associada ao capital estrangeiro (1956-1960; 1964-1985), exibindo também diferenças decisivas quanto ao grau de democratização do processo que oscilou da experiência ditatorial (1937-1945 e 1964-1985) à experiência democrática (1946-1964).

É consagrada a tese que vê o período que vai de 1980 a 1990 como de o da crise daquele “estado desenvolvimentista”, e que caracteriza o período iniciado em 1990 como sendo o de chegada, ao Brasil, do neoliberalismo.

Não é o propósito deste texto discutir esta periodização ou seus conteúdos específicos. Busca-se aqui, essencialmente, de um lado, afirmar a constatação de que a sociedade brasileira experimentou, ao longo do século XX, significativo processo de crescimento, seja do produto, seja do grau de urbanização, seja da industrialização, configurando-se hoje como uma sociedade extensamente urbanizada e relativamente industrializada e moderna. Também é preciso tomar como constatação que este significativo processo de crescimento econômico não foi capaz de, efetivamente, transformar a qualidade da economia que continua subdesenvolvida. Uma outra constatação, decorrente da anterior, é que um dos traços decisivos deste “subdesenvolvimento” estrutural da economia é sua vulnerabilidade externa, seu caráter periférico, diga-se, que se expressa pela recorrência de crises no Balanço de Pagamentos.

Finalmente, assume-se, aqui, que o caráter de “longa duração” do subdesenvolvimento da economia brasileira decorre da permanência de um mercado interno relativamente restrito, porque é resultado de uma estrutura social desigual marcada por concentração iníqua da renda e da riqueza.

Especificamente, busca-se, neste texto, estudar certo personagem, João Pinheiro, governador de Minas Gerais no início da República, que tem sido visto como antecipador de perspectivas e políticas que vão caracterizar o desenvolvimentismo. Frequentemente lembrado como inspirador da obra de Juscelino Kubitschek, João Pinheiro, em suas teses e políticas, permite discussão importante sobre aspectos significativos do processo de desenvolvimento nacional, seja por suas virtudes, seja por explicitar alguns dos seus limites até aqui recorrentes.

Há no proposto, aqui, um risco metodológico que é preciso reconhecer. Trata-se do velho, nem por isso menos difícil de ser superado, fantasma do anacronismo. Espectro que assusta os historiadores, desde que Lucien Febvre, em seu livro sobre Rabelais, de 1942, o revelou – o anacronismo é uma insidiosa presença no fazer dos historiadores. Afinal, como disse Croce, “toda história é história contemporânea”. Evitar o anacronismo talvez seja impossível de todo. O mais prudente, no caso, é, reconhecendo a sua sombra permanente, buscar estar atento às nuances e transfigurações que a palavra e seus sentidos sofrem ao longo do tempo e no espaço. No que interessa a este texto parece legí-

timo supor que João Pinheiro, em seu ideário e suas políticas, guarda relação com o que se chama hoje de “perspectiva desenvolvimentista”. Foi isto que viu JK, ao dizer de João Pinheiro, “Ele possuiu, ao lado do senso perfeito de nossa realidade objetiva, a rigorosa imaginação do futuro, que leva o olhar do estadista muito além do seu campo visual e lhe permite intuir a Pátria de amanhã”.

1. Os projetos de desenvolvimento nacional no século XIX

Uma visão de conjunto da sociedade brasileira no século XIX, sobretudo pela longa dominação do segundo reinado, entre 1840 e 1889, talvez induza a que se veja uniformidade, homogeneidade, num processo que também foi marcado pelos conflitos, pela disputa, pela presença de sujeitos e projetos diversificados. Essa imagem de estabilidade é ainda mais reforçada se se considerar o muito de exato que está na conhecida frase que diz que não haveria nada mais parecido com um “saquarema” do que um “luzia” no poder. Seja em sua formulação clássica, no texto de José Justiniano da Rocha, seja em sua versão contemporânea, presente no livro de José Honório Rodrigues, é forçoso reconhecer a recorrente utilização, por parte do senhorio brasileiro, da estratégia de conciliação como mecanismo a um tempo sancionador de privilégios e sonegador de direitos sociais básicos (Rocha, 1956; Rodrigues, 1965).

Se esse quadro de estabilidade do regime imperial foi predominante, em grandes linhas, se houve mesmo com o “gabinete de conciliação”, inaugurado pelo Marquês do Paraná, em 1853, um período de quase ausência de oposição, não foi apenas isso a vida política brasileira no século XIX.

Na verdade, há que se falar, para a justa compreensão do período, na disputa de projetos, representando interesses econômicos, políticos, sociais e culturais distintos desde o processo da Independência, em 1822. Uma periodização compreensiva, a proposta por Décio Saes, que vê o processo de formação do Estado no Brasil como tendo três grandes etapas: a) Entre 1808 e 1831 – que seria caracterizada como a etapa do estado semicolonial, tendo como marcos a transferência da corte portuguesa para o Brasil, no limite inaugural, em 1808, e a abdição de dom Pedro I, em 1831, como termo final; b) Entre 1831 e

1888 – que seria a etapa do estado nacional, que se encerraria com a Abolição, em 1888; c) finalmente, o período entre 1888 e 1891, que Décio Saes chama de formação do estado burguês no Brasil, e que teria como eventos decisivos a própria Abolição, a instauração da República, em 1889, e a promulgação da Constituição republicana, em 1891 (Saes, 1985).

Não é o caso, aqui, de discutir, em detalhe, essa periodização, ainda que se possa desdobrá-la, sobretudo a sua terceira parte, para contemplar a promulgação do Código Civil, em 1916, que é uma emblemática manifestação do sentido básico das instituições políticas brasileiras que até agora têm sido marcadas pela hipertrofia de direitos individuais e privatistas, direitos da propriedade privada, em última instância, ao mesmo tempo que se ignoram os direitos sociais e coletivos (Gomes, 1958).

É um dos méritos da periodização proposta por Décio Saes mostrar a presença de tensão importante no núcleo político que produziu o processo de Independência. A disputa entre o “Partido Português” e o “Partido Brasileiro”, como foram chamados por Raymundo Faoro, só se resolveu com a abdicação de dom Pedro I, ou seja, com a derrota do Partido Português (Faoro, 1958).

Essa vitória, a dos interesses “nacionais”, não significou, nem poderia, a harmonização dos vários interesses de sujeitos sociais e regionais, que, durante o período regencial, entre 1831 e 1840, foram vocalizados com intensidade e complexidade crescentes. Este período, entre 1831 e 1840, foi marcado, no Brasil, pela explicitação de um conjunto heterogêneo e contraditório de demandas, aspirações, interesses, projetos. É deste período tanto as importantes revoltas provinciais populares, como a Sabinada, a Balaiada e a dos Cabanos, no Pará, como os conflitos decorrentes dos interesses de segmentos do senhorio regional descontentes, como é o caso da chamada Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845.

É preciso ver o período em tela, entre 1831 e 1840, como particularmente eloqüente em explicitar a existência de tensões, de contradições, de projetos alternativos para a nação. *Grosso modo*, poder-se-ia dizer que aquela conjuntura foi marcada pela disputa entre três grandes projetos: o das *oligarquias conservadoras*, que foram vitoriosas e hegemonizaram o regime imperial sob a forma da “governança

saquarema” (Mattos, 1987); o projeto de *oligarquias modernizantes*, que, vindo de José Bonifácio, teve em Teófilo Otoni um dos seus mais expressivos nomes (Merquior, 2001). Finalmente, o projeto que, à falta de nome mais adequado, se chamou *popular*. Não se trata de ver nesses projetos, sobretudo no popular, coerência, consistência ou consciência política clara. Reunindo segmentos populares rurais e urbanos, e mesmo tendo forte conteúdo anti-escravista, como no caso da Revolta dos Malês, em Salvador, em 1835, estas revoltas denotam, no essencial, a emergência das camadas populares na cena política brasileira, por meio de mobilizações com o caráter de rebeliões populares (Carvalho, 1988: 14).

A vitória das oligarquias conservadoras, garantida por um duplo golpe – o da maioria e o da interpretação do Ato Adicional, em 1840 –, resultou em processo de modernização seletivo e assimétrico fundado na permanência da escravidão e na consagração do latifúndio. É o que se impôs tanto para a lei de terras, de 1850, que para efeitos práticos deve ser vista como uma espécie de “Lei da contra-reforma agrária”, quanto para o processo de procrastinação da Abolição, que só veio em 1888.

Foi Marx quem, na discussão sobre a Acumulação Primitiva de capital, mostrou a centralidade do mercado interno na constituição e desenvolvimento do capitalismo. Trata-se, neste sentido, de dizer que o desenvolvimento capitalista será tão mais consistente e dinâmico quanto mais amplo e sólido for o mercado interno, entendendo-se por mercado interno tanto o mercado de trabalho, quanto o mercado de terras, quanto o mercado de dinheiro, isto é, a existência de recursos monetários e financeiros utilizáveis para efeitos do processo de acumulação.

Considerar a realidade brasileira do século XIX, considerar o “Tempo Saquarema”, a governação conservadora, do ponto de vista da formação e desenvolvimento do mercado interno, é reconhecer a existência de uma debilidade estrutural que comprometeu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para discutir o tema a partir de contrastes, a ausência, no Brasil, de processo efetivo de distribuição de renda e de riqueza, quando comparado com o prevalente nos Estados Unidos, por exemplo, é o que explica em grande e decisiva medida a gritante disparidade entre os dois capitalismos (Paula, 2002).

Foram poucos os que, no século XIX, entre as elites, reconheceram os limites ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro colocados pela estreiteza do mercado interno, em particular pela ausência de uma reforma agrária. Entre esses lúcidos representantes do senhoriato brasileiro está Joaquim Nabuco. Diz Manuel Correia de Andrade “14 anos depois de escrever *A escravidão*, Nabuco propôs uma reforma agrária a fim de possibilitar o acesso à terra aos trabalhadores pobres, na grande parte ex-escravos” (Andrade, 1999: XVII-XVIII).

Assim, não há que ver no senhoriato brasileiro, mesmo em seu segmento monarquista, como o representado por Joaquim Nabuco, como avesso, *in limine*, à modernização capitalista. Do mesmo modo, não há que ver no projeto republicano, coerência e consistência efetivas no referente ao tema da ampliação do mercado interno. A República no Brasil foi o resultado de uma complexa convergência em que aos republicanos históricos, jacobinos-positivistas, militares e civis, juntam-se republicanos por conveniência, adesistas de ultimíssima hora. E, então, deu-se um fenômeno com algo de rotineiro na vida política brasileira: à *ação* desassomburada e efetivamente disruptiva de um Silva Jardim seguiu-se a *reação* dos republicanos moderados, como um Quintino Bocaiúva, abrindo-se caminho para a *transação-conciliação* dos interesses dos grandes proprietários, dos grandes Estados.

No essencial, trata-se de reconhecer que a República no Brasil não assumiu, seja em sua primeira fase, seja ao longo de sua história, conteúdo social efetivamente distributivo, democrático e popular se assim o quisesse. Elitista, restrita ao estabelecimento de normas jurídicas liberais, infensa às demandas dos trabalhadores, dos setores populares, a República no Brasil tem sido incapaz de, efetivamente, ser o instrumento de universalização de direitos sociais, de ser o instrumento do desenvolvimento econômico e social, solidário e includente.

Privatizada, submetida ao controle do senhoriato, a República tem estado, no Brasil, aquém de suas promessas como instrumento de universalização da cidadania plena e garantia do bem comum.

Neste processo de *ação-reação-transação*, no referente à implantação da República, João Pinheiro, governador de Minas Gerais nos dois períodos, 1890 e entre 1906 e 1908, positivista, republicano histórico, tem lugar de destaque por encarnar tanto algumas das melhores virtudes, quanto os limites do projeto republicano no Brasil.

2. João Pinheiro e a República

Filho de pais pobres, imigrantes italianos, o pai, caldeireiro de profissão e a mãe, professora de primeiras letras, de Caeté, Minas Gerais. João Pinheiro é dos poucos pioneiros da República que não vem do senhoriato. Terá isso, com certeza, de algum modo marcado seu pensamento e sua ação. Não se quer com isso afirmar qualquer determinismo, pois sabemos que são complexas e ambíguas as relações entre origem de classe, ideologia e ação. No caso, reconheça-se em João Pinheiro certo conteúdo social, em sua visão política e em suas propostas, que não foi freqüente no ideário republicano hegemônico.

Nascido no Serro, Minas Gerais, em 16-12-1860, João Pinheiro da Silva fez seus estudos preparatórios no Seminário de Mariana, e ingressou na então recém-fundada Escola de Minas de Ouro Preto, tendo cursado até o segundo ano de engenharia. Abandonou a Escola de Minas em 1881, ingressando na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1883. Concluiu o curso de direito em 1887, tendo tido como colegas e contemporâneos nomes que marcaram a vida política e cultural do Brasil, como o filósofo Carlos de Campos; os escritores Raul Pompéia, Paulo Prado e Afonso Arinos; os juristas Pedro Lessa e Mendes Pimentel; e os políticos Delfim Moreira, Washington Luís, Wenceslau Brás e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (Barbosa, 1966:26).

Registre-se aqui a importância da Escola de Minas de Ouro Preto e da Faculdade de Direito de São Paulo como instituições constituintes de certa mentalidade modernizante no Brasil. Se a Escola de Minas significou a valorização de perspectiva científica na busca do aperfeiçoamento da produção mineral, a Faculdade de Direito de São Paulo foi um dos berços da perspectiva republicana em sua versão positivista. É lá, em São Paulo, que a geração de republicanos civis positivistas, sintetizada na figura de Júlio de Castilhos, se formará.

As idéias positivistas influenciaram João Pinheiro a partir de duas e fundamentais fontes: a Escola de Minas de Ouro Preto, núcleo importante de difusão dessa corrente no Brasil, e a Faculdade de Direito de São Paulo, que vai absorver as idéias de Comte a partir da obra de Luís Pereira Barreto, médico formado pela Universidade de Bruxelas, autor de um texto clássico, *As três filosofias*, de 1874 (Barbosa, 1966:20).

João Pinheiro é um dos mais expressivos nomes da tradição, que buscou fazer da República Estado forte e intervencionista, à moda do “Porfiriato”, que dominou o México por longo tempo, o instrumento decisivo do desenvolvimento nacional.

Vários estudiosos registraram a heterogênea composição de forças que se reivindicavam republicanas no Brasil. Aos militares, formados na tradição positivista decorrente da liderança de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, se somaram segmentos das oligarquias regionais (mineiras, paulistas e gaúchas) e setores da classe média ideologicamente republicanos, na qual se encontra João Pinheiro.

Se a campanha republicana nasceu e expandiu-se pela ação de republicanos exaltados, de Teófilo Otoni, em 1870, a Silva Jardim, e sua radicalidade antimonarquista, a República, quando implantada, foi empalmada pelas oligarquias regionais, pelos grandes proprietários. Depois dos primeiros tempos de turbulência, nos governos dos dois marechais, as elites da cafeicultura elegeram três presidentes sucessivamente: Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves.

Terminado seu curso em 1887, João Pinheiro volta a Minas Gerais e participa da fundação do Partido Republicano Mineiro (PRM), em 1888. Em convenção que ocorreu em Ouro Preto, nos dias 15, 16, 17 e 18 de novembro de 1888, com representantes de 47 municípios mineiros, foi fundado o PRM. A convenção, sob a presidência do professor da Escola de Minas, Leônidas Botelho Damásio, elegeu a seguinte Comissão permanente para dirigir o Partido: João Pinheiro da Silva, Leônidas Botelho Damásio, Francisco Ferreira Alves, Antônio Olyntho dos Santos Pires e Domingos José da Rocha (José, 1960:47).

Em síntese qualificada, Francisco de Assis Barbosa apresenta o essencial do pensamento político de João Pinheiro, que teria como pontos principais: a) o culto à memória de Tiradentes; b) a defesa da separação entre Estado e Igreja; c) a defesa das liberdades religiosa e profissional; d) a valorização do ensino primário, secundário, normal, profissional e agrotécnico; e) a defesa da democratização da justiça; a mobilização de esforços contra o burocratismo e a pobreza (Barbosa, 1966:14).

É o mesmo Francisco de Assis Barbosa que reconhece que o ideário de João Pinheiro talvez fosse menos avançado, seja em relação à “democracia rural” proposta por André Rebouças, seja ao “socialismo

cristão” de Joaquim Martinho com sua proposta de Reforma Agrária (Barbosa, 1966:15).

É, talvez, ainda, o mais expressivo dos limites da perspectiva política de João Pinheiro a sua entusiasmada opinião sobre o presidente Theodor Roosevelt, conhecido e truculento praticante da política do *big stick* sobre a América Latina (Barbosa, 1966:15). De tal modo que se deva ver a posição de João Pinheiro como ambivalente, em que tanto há elementos progressistas quanto certo vezo conservador como se vê, por exemplo, em sua forte amizade, de um lado, com o socialista Pedro Lessa, e, de outro lado, com o monarquista conservador Sabino Barroso Júnior. João Pinheiro buscou, adiante-se conclusão, posição intermédia entre Pedro Lessa, – que disse “O socialismo há de triunfar parcialmente. O seu triunfo é infalível, necessário”, e o entranhado conservadorismo de Sabino Barroso (Barbosa, 1966:21-22).

É esse mesmo espírito que explicará a aproximação de João Pinheiro, como primeiro governador republicano em Minas Gerais, da “conciliação” proposta e praticada por Cesário Alvim.

Quando do 15 de Novembro de 1889, João Pinheiro estava em campanha republicana pelo interior de Minas Gerais. A notícia de instauração da República surpreende, em Minas Gerais, aos poucos, os que dela tiveram notícia no primeiro momento. As lideranças republicanas mineiras nada sabiam do que acontecia no Rio de Janeiro. Chegando a Ouro Preto, depois do 15 de Novembro, o enviado de Quintino Bocaiúva descobre que João Pinheiro estava ausente da capital, assim como também estava ausente o escolhido para ocupar o governo, Cesário Alvim. A situação tinha algo de farsesco: um poder que se constituía em busca de quem o ocupasse... Cesário Alvim só assumiria o governo dez dias depois, em 25 de novembro, sendo que o governo foi ocupado neste período por um republicano histórico, Antônio Olyntho dos Santos Pires.

Escolhido vice-governador do estado de Minas Gerais do Governo Provisório, João Pinheiro assume o governo em 12 de abril de 1890, com a ida de Cesário Alvim para o ministério, exercendo o mandato até 20 de julho de 1890, quando é sucedido por Crispim Jaques Bias Fortes. Em 15 de setembro de 1890, João Pinheiro é eleito deputado ao Congresso Constituinte, tendo sido o terceiro mais votado dos 37 deputados eleitos por Minas Gerais (Barbosa, 1966: 27-28).

Neste seu primeiro mandato como governador, é de se destacar o seguinte na atuação de João Pinheiro: 1) baixa o Decreto nº 28, que cria em Ouro Preto uma exposição permanente dos produtos naturais, agrícolas e industriais do estado; 2) o decreto nº 28 dá instruções sobre a cobrança de impostos de exportação; 3) pelo Decreto nº 91 cria um laboratório de análises de terra anexo à Escola de Minas; 4) pelo Decreto nº 135 reorganiza a diretoria da Fazenda do Estado (Barbosa, 1966: 28).

São medidas que explicitam o que Francisco de Assis Barbosa chamou de *economismo* de João Pinheiro, que será ainda mais manifesto, seja em sua atuação como presidente do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, ocorrido em 1903, seja em seu segundo mandato como presidente de Minas Gerais, entre 1906 e 1908.

Desgostoso com os rumos da República, que ele entendeu ter sido dominada por interesses políticos menores, João Pinheiro se dedicará, a partir de 1893, a atividades empresariais, montando cerâmica em Caeté. Neste auto-ostracismo assiste de longe às crises dos primeiros tempos republicanos. Chamado pelo presidente de Minas Gerais, Francisco Sales, em 1903, para presidir o Congresso já referido, João Pinheiro volta à cena política em grande estilo, reafirmando um prestígio que jamais perdera, credenciando-se para o exercício dos mais altos cargos da República. Disse Afonso Arinos de Melo Franco “O governo mineiro, no correr daquele ano de 1903, tinha reunido em Belo Horizonte um Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, incumbido de examinar as causas da depressão econômica e de indicar-lhes as soluções”.

“O Congresso, que é uma demonstração do tino político e administrativo do presidente Sales, se transformou num grande acontecimento na vida do Estado e encontrou repercussão fora do seu território. Basta dizer que dezessete jornais do Rio se fizeram representar por seus correspondentes especiais.”

“O presidente foi João Pinheiro que, aceitando a investidura a instâncias de Francisco Sales, marcava solenemente o termo de um longo e voluntário ostracismo republicano, vivido quase sempre como oleiro em Caeté. Com a sua volta ao cenário político, o Cincinato serrano iniciava a marcha de retorno ao palácio do governo, que abandonara em Ouro Preto ao deixar o severo casarão planejado pelo bri-

gadeiro Alpoim e construído pelo pai do Aleijadinho e que atingiria em breve uma nova apresentação belorizontina, pombal de pedra de onde os candidatos ruflavam as asas para o Catete. Marcha que continuaria muito provavelmente do Palácio da Liberdade para o Catete; se a morte não viesse surpreendê-lo em plena faina de seu governo romântico e empreendedor” (Franco, 1977: 296-297).

Governo romântico e empreendedor, disse Afonso Arinos, do governo de João Pinheiro. Num registro mais objetivo, Otávio Dulci qualifica o governo de João Pinheiro, entre 1906 e 1908, como tendo perspectiva modernizante e abrangente. Diz ele “Tratava-se de diversificar o sistema produtivo, sem descuidar do café, e de melhorar a qualidade da produção através de sua atualização tecnológica” (Dulci, 1999: 46).

Se se buscar fixar o central do programa de João Pinheiro, o que talvez se imponha sejam três temas: a defesa da proteção da indústria nacional; a necessidade de uma reforma do ensino; e a valorização das cooperativas.

Sobre a importância das cooperativas na visão de João Pinheiro, disse John Wirth “O governador João Pinheiro (1906-1908) foi um poderoso defensor das cooperativas, através das quais os produtores podiam vender diretamente aos consumidores e receber empréstimos a juros baixos do Banco de Crédito Real do Estado” (Wirth, 1982:186).

Um outro tema decisivo para João Pinheiro era o referente ao protecionismo. Veja-se o texto de Ciro Bandeira de Melo “Para João Pinheiro, o protecionismo econômico passava a ser uma alternativa primeira para superar a crise que se abatia sobre a economia brasileira. A defesa dos princípios protecionistas em relação ao comércio externo era a linha de unidade no seio do Congresso Agrícola.” Num banquete oferecido a Pinheiro Machado, em abril de 1903, o *Jornal Minas Gerais* noticiou “A homenagem fora um pretexto para o que se queria, com impaciência, em um posto de honra, era uma salvadora orientação para os nossos destinos comuns”. Nos discursos que se seguiram, “por meio de Rui Barbosa e Nilo Peçanha” dizia o articulista, “se traçou a linha básica pela qual nossa pátria se haveria de assentar em uma política honesta de recomposição econômica.” Essa linha seria a do protecionismo econômico e o fim do livre-câmbio. Esta, no dizer de Nilo Peçanha, a razão para que fôssemos “colônia do mundo”. Terminava o articulista: “uma política econômica e proteci-

onista – tal a condição do nosso progresso: eis o que se depreende das palavras do eminente senador Pinheiro Machado” (Melo, 1990: 126-127).

Este banquete que se realizou em Belo Horizonte, Minas Gérias, em 1903, reuniu alguns dos nomes decisivos da primeira república no Brasil. Estavam lá os dois grandes nomes do Senado Federal: Rui Barbosa e Pinheiro Machado. E também estavam lá representantes decisivos do republicanismo em sua versão jacobina, como Nilo Peçanha.

Defensor do protecionismo, João Pinheiro não fez desta proposta uma panacéia. Disse ele “Se a solução econômica do aumento das riquezas de um povo dependesse, exclusivamente, de um golpe de tarifas alfandegárias, certo não haveria povos pobres no mundo” (Pinheiro apud Barbosa, 1966: 16). Sua visão, mais abrangente, deve ser vista como tributária de uma perspectiva rigorosamente capitalista, isto é, que vê na iniciativa privada, na empresa capitalista, o núcleo do processo de desenvolvimento da nação. Veja-se o trecho do Manifesto-Programa, com que concorreu às eleições para a presidência de Minas Gerais em 1906, “o estudo do solo, os prêmios de animação, o estímulo da iniciativa particular, solicitado por todos os modos, a educação técnica, o abaixamento das tarifas ferroviárias, a emulação do trabalho, as estatísticas exatas, a criação de estabelecimentos-modelos, as exportações periódicas agrícolas e industriais – eis as medidas que devem ser executadas como condições indispensáveis de êxito” (Pinheiro apud Barbosa, 1966: 16).

Republicano de primeira hora, João Pinheiro estava longe do jacobinismo de um Silva Jardim, por exemplo. Suas propostas políticas, sendo modernizantes em matéria econômica e administrativa, buscaram o apoio das chamadas “classes conservadoras”, que a elas, essencialmente, se destinavam. Foi em nome dessas classes que João Pinheiro mobilizou o conjunto de reivindicações, que, a partir do Congresso Agrícola de 1903, a partir de Minas Gerais, definiu a agenda tanto da política econômica do governo de Afonso Pena, no âmbito federal, quanto da política econômica do governo de João Pinheiro, em Minas Gerais (Barbosa, 1966: 15).

É significativo que seja de Minas Gerais, de políticos ligados a Afonso Pena e João Pinheiro, o núcleo mais expressivo do grupo político chamado “Jardim da Infância”, e que tentará construir uma

alternativa, seja às velhas lideranças caudilhescas, como a representada pela figura de Pinheiro Machado, seja à oposição liberal mais radicalizada, como a avocada por nomes como Barbosa Lima ou Pedro Moacir. “Sobre o ‘Jardim da Infância’ – disse Afonso Arinos de Melo Franco – “o Jardim da Infância tinha a preocupação de introduzir na política republicana certos elementos vitais de que ela, na opinião dos seus componentes, parecia ter sido privada pelos conchavos de facções e corrilhos, sob a orientação de velhos chefes. Estes elementos eram de ordem ética e geral, e assim podiam ser resumidos, na palavra de um dos líderes do grupo que era, além disso, ou por isso mesmo, o líder da maioria na Câmara: inteligência, cultura, patriotismo e honestidade” (Franco, :419).

Ou ainda “A expressão mais autêntica e ao mesmo tempo mais poderosa da política de Afonso Pena e de João Pinheiro pode ser encontrada na influência do grupo de jovens chefes ironicamente denominados ‘Jardim da Infância’, que apoiava a política oficial. (...) Entre os componentes do grupo no Congresso e no governo contavam-se mineiros como Carlos Peixoto, Calógeras, Campista, João Luís, Gastão da Cunha, Estevão Lobo; gaúchos como James Darcy; nordestinos, como Elói de Souza; fluminenses, como Alcindo Guanabara; baianos, como Miguel Calmon” (Franco, 1977: 418-419).

O “Jardim da Infância” teve vida efêmera. As mortes de João Pinheiro, em 1908, e de Afonso Pena, em 1909, e a vitória de Hermes da Fonseca, também foram a morte do grupo. De outro lado, não é possível vê-lo, o “Jardim da Infância”, como bloco homogêneo, posto que, em questões essenciais – como no referente às tarifas protecionistas, ao Convênio de Taubaté e à Caixa de Conversão –, houve forte controvérsia. É o que se vê na oposição de Pandiá Calógeras às teses de David Campista, ministro da Fazenda de Afonso Pena. Diz Francisco Iglésias “Tinha corpo coerente de idéias, confirmado na vasta produção. Inimigo da política de intervenção para proteger o café, mais ainda se colocava contra a prática financeira adotada por seu amigo David Campista na Caixa de Conversão, no governo de Afonso Pena. Suas idéias estão em discursos, artigos, conferências e sobretudo no livro *La Politique Monétaire du Brésil*, escrito com erudição histórica e conhecimento de economia e finanças, a pedido do ministro Rio Branco, para apresentação em uma conferência de especialis-

tas em Buenos Aires, em 1910. Elaborado em breve tempo, em francês, denota estudo, reflexão, amadurecimento. Exprime-se aí seu pensamento econômico, filiado à escola clássica do liberalismo político e econômico, construído pelos ingleses” (Iglésias, 1987: 51-53).

É possível ver nessa controvérsia, entre Calógeras e David Campista, um capítulo importante de uma tensão que marcou, e ainda marca, a política econômica brasileira. Chamada de disputa entre “papelistas” e “metalistas”, sintetizada na oposição Rui Barbosa X Joaquim Murinho, a política macroeconômica no Brasil, desde a instauração da República, tem sido a recorrente explicitação da tensão entre as perspectivas liberais, chamadas de “metalistas”, “monetaristas” ou “neoliberais”, em diversos momentos da história brasileira, e as perspectivas intervencionistas nominadas: “populista”, “estruturalista”, “desenvolvimentista”.

A disputa em questão foi posta tanto na controvérsia que atravessou o grupo do “Jardim da Infância”, Calógeras X David Campista, quanto na volta do “metalismo”, representado pela escolha de Leopoldo Bulhões, que sucedeu David Campista no Ministério da Fazenda durante o governo Nilo Peçanha, que completou o mandato de Afonso Pena, morto no exercício da Presidência, em 1909.

Vários estudiosos da Primeira República têm apontado para o brilho do grupo político do “Jardim da Infância”. Diz Antônio Gontijo de Carvalho sobre Calógeras “Como parlamentar, em longa carreira, foi dos maiores que o Brasil produziu. Está na plaina do político cintilante de Carlos Peixoto, David Campista, Gastão da Cunha e João Luiz Alves, que, no período áureo do Jardim da Infância, dignificaram o nosso Parlamento, levando-o a uma altura não atingida, mesmo no Império” (Carvalho, 1935:41).

Embora o “Jardim da Infância” não tenha sido um grupo inteiramente homogêneo, não será equívoco se se afirmar a existência de uma “economia política do Jardim da Infância” baseada em grandes princípios: 1) o protecionismo da indústria mediante tarifas adequadas; 2) a valorização da educação em seus diversos níveis; 3) a valorização da organização cooperativista; 4) a busca da modernização da estrutura produtiva. Tanto esses princípios como os instrumentos de sua efetivação são tributários da ação decisiva de João Pinheiro da Silva. É enfático, nesta tese, Otávio Dulci. Diz ele “Deste modo, o Con-

gresso de 1903 manteve-se como o grande ponto de referência da modernização de Minas Gerais, até meados do século, ao qual se reportavam outras reuniões do gênero, realizadas nos anos 1920 e 1930, e inúmeros pronunciamentos de expoentes da política e da economia. Corroboram também a veneração à figura de João Pinheiro pelas elites mineiras, por várias gerações, como ícone do desenvolvimentismo regional” (Dulci, 1999:48).

Contribuem também para ratificar as afirmações anteriores às palavras de Afonso Arinos de Melo Franco “mentalidade renovadora, sensível em providências como o Congresso Agrícola e Industrial e que se fazia sentir nas iniciativas dos dois presidentes, o da República e o de Minas, através dos trabalhos de João Luís (reforma tarifária), Calógeras (legislação de Minas); Campista (Caixa de Conversão) e tantos mais” (Franco, 1977:411).

3. Desenvolvimentismo de João Pinheiro

Republicano histórico, positivista formado na tradição que vê decisivo o papel do Estado no desenvolvimento da nação, João Pinheiro sintetiza, em sua figura e ações, aspectos decisivos das vicissitudes do processo de desenvolvimento brasileiro.

Governador de Minas Gerais, do Governo Provisório, em 1890; deputado e senador; empresário do setor industrial; presidente do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, em 1903; presidente do estado de Minas Gerais, entre 1906 e 1908; João Pinheiro é dos mais expressivos nomes do melhor que a perspectiva republicana foi capaz de produzir no Brasil.

Combinando capacidade empreendedora, espírito público e liderança política de primeira linha, João Pinheiro ensaiou o projeto de desenvolvimento que, *malgré tout*, e com as diferenças devidas, foi experimentado no Brasil, seja em sua vertente nacional-desenvolvimentista, seja na versão de desenvolvimentismo associado, seja durante a ditadura militar e sua versão autoritária do desenvolvimentismo.

A República no Brasil, sabemos, foi marcada, em seus primeiros tempos, por um conjunto de crises. Às crises políticas, frutos de inconformismos e reação monarquista, somou-se crise econômica e

financeira, que vai além do episódio do Encilhamento. Na verdade, a partir de 1897, o conjunto da economia brasileira vai enfrentar as conseqüências da queda das receitas decorrentes da exportação do café. É o tempo da crise da economia norte-americana, que, retraindo suas importações de café, terá considerável impacto sobre o conjunto das finanças públicas, seja da União, seja dos estados agricultores, sobretudo no quadro de uma tendência de expansão dos plantios, a partir de 1890. Affonso de Taunay dirá que “verdadeira febre para o plantio apossara-se de quantos tinham conseguido alcançar as forças dos fornecedores de fundos” (Taunay, 1945: 257).

A grande fonte de receitas então, seja da União, seja dos estados exportadores do café, era o imposto sobre a exportação de café. Um balanço da situação financeira do estado de Minas Gerais no início da República está no Relatório do Secretário de Finanças, Juscelino Barbosa, de 1909. Diz ele “A receita do Estado teve um movimento francamente ascendente de 1890 a 1898; esse foi o período dos saldos.”

“Em 1898 começou o declínio das rendas, não sendo as proviões orçamentárias atingidas pela arrecadação. É o regime dos déficits, excetuados apenas os exercícios de 1904 em que apareceu um pequeno saldo de pouco mais de 500:000\$000, e o de 1907 em que a sobretaxa do café, não incluída no cálculo orçamentário, produziu na arrecadação saldo razoável” (Barbosa, 1909:89).

Trata-se, assim, de reconhecer a existência de uma crise econômica e financeira de grandes proporções, que, tendo como epicentro a economia cafeeira, repercute sobre o conjunto da economia, mobilizando tanto instrumentos de política econômica ortodoxos, “metalistas”, de combate à crise, como os decorrentes das gestões dos ministros Rodrigues Alves, Joaquim Murinho, Leopoldo Bulhões, como instrumentos heterodoxos, “papelistas”, que adviram da gestão David Campista, à frente do Ministério da Fazenda, sintetizados no binômio Convênio de Taubaté–Caixa de Conversão.

Contudo, a inspiração e os exemplos concretos das políticas, que foram conduzidos pelo plano nacional por Afonso Pena, têm em João Pinheiro a sua matriz principal. Foi, na verdade, seu trabalho como presidente do Congresso Agrícola de 1903 que forneceu a João Pinheiro tanto o diagnóstico quanto os instrumentos políticos que marcaram seja seu programa como presidente do Estado de Minas Ge-

rais, seja o programa que foi desenvolvido por Afonso Pena no governo Federal.

Convidado, em 1903, por Francisco Sales, então presidente de Minas Gerais, para presidir o Congresso Agrícola, João Pinheiro fará dessa atividade o relançamento de sua carreira política.

Reunido em Belo Horizonte, entre 13 e 19 de maio de 1903, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, tendo como presidente João Pinheiro, buscou contemplar em sua temática e participantes, tanto os diversos setores quanto as diversas regiões do estado. A Comissão fundamental do Congresso foi composta pelos seguintes representantes das “classes conservadoras”: Monteiro de Andrade, banqueiro; Georges Chalmers, da Mina do Morro Velho; Inácio Burlamáqui, comerciante; Francisco Mascarenhas, industrial; Carlos Sá Fortes, pecuarista; João Ribeiro, banqueiro, economista, que veio a ser depois ministro da Fazenda (Franco, 1977: 297).

No centro da agenda do Congresso estava a crise cafeeira “o Congresso, apesar das variadas finalidades, ocupou-se principalmente com a situação do café, cuja influência preponderava no colapso econômico geral. Estudou as origens da crise, salientando a monocultura, a superprodução, as deficiências do trabalho rural, a falta de crédito bancário, a alta excessiva dos fretes ferroviários e a inépcia da política fiscal. (...) Feito o diagnóstico dos males indicava o Congresso, no relatório final, a terapêutica que lhe parecia adequada: revisão de tarifas e de fretes, crédito para o financiamento da lavoura, melhoria da qualidade da produção, propaganda para o alargamento do consumo, defesa dos preços no interior, de vez que no estrangeiro eles se mantinham, o que demonstra que a queda era em grande parte produto dos intermediários baixistas, controlados pelos bancos estrangeiros” (Franco, 1977: 297-298).

Foram doze as Comissões Temáticas do Congresso: 1. Agricultura; 2. Café; 3) Pecuária; 4) Vinicultura/viticultura; 5) Indústria; 6) Tecidos/fiação; 7) Curtume; 8) Mineração/águas minerais; 9) Bancário; 10) Comércio; 11) Viação férrea; 12) Estradas de rodagem (Dulci, 1999: 44).

Em síntese citada por Otávio Dulci, João Pinheiro sublinhou as três grandes proposições de ordem geral, capazes de reconstruir a economia de Minas Gerais: 1) prêmios pecuniários de animação para o estímulo da iniciativa particular; 2) auxílio direto dos poderes públi-

cos para o estabelecimento das sociedades cooperativas de produção, crédito e circulação; 3) o protecionismo para as mercadorias nacionais produzidas (Pinheiro apud Dulci, 1999: 45).

Sob vários e decisivos aspectos, a plataforma política de João Pinheiro anunciava os tempos do desenvolvimentismo que viriam pós-1930. Em um aspecto essencial, há continuidade entre esse desenvolvimentismo *avant la lettre* de João Pinheiro e o que se seguiu. Trata-se da permanência do quadro geral de bloqueio a efetivo processo de distribuição da renda e da riqueza, seja pela interdição da Reforma Agrária, seja pelo parcial e precário da valorização do mundo do trabalho que se verificou. No essencial, tanto João Pinheiro quanto Vargas e JK, momentos altos do desenvolvimentismo brasileiro, mantiveram-se no campo de um projeto de modernização capitalista atrofiado, periférico, dependente e excludente. É isso que Francisco de Assis Barbosa surpreende ao qualificar a ação de João Pinheiro. Diz ele “João Pinheiro” (...) “procurava justificar a sua teoria do economismo e o programa protecionista que desfraldou como uma bandeira de redenção nacional como sendo ambas aspirações nitidamente conservadoras, tornando-se ele, João Pinheiro, o porta-voz dos representantes das classes produtoras do seu Estado, reunidas no Congresso Agrícola e Industrial que presidiu em Belo Horizonte no ano de 1903” (Barbosa, 1966: 16).

É ainda mais enfática a defesa de João Pinheiro dos interesses conservadores, no Manifesto com que concorre ao Senado. Diz ele “o verdadeiro regime republicano seria aquele da preponderância incontrastável dos interesses conservadores, fazendo convergir para o trabalho fecundo as atividades que disciplinam, oferecendo as nobres e legítimas como caminho das glórias duráveis, sem buscar ascensões, mas suas quedas desoladoras e remunerando a atividade individual pela situação sólida que cria às famílias” (Pinheiro apud Barbosa, 1966: 17).

Finalmente, conservadora, isto é, protocapitalista e burguesa, a plataforma política de João Pinheiro tinha ainda, como característica central, sua decidida perspectiva nacional. Isso fica particularmente patente no referente à discussão sobre a Caixa de Conversão e a política de tarifas. Veja-se o texto de Francisco de Assis Barbosa “A fórmula inicial da Caixa de Conversão, segundo o modelo adotado

pela Argentina, no governo de Carlos Pelegrini, não seria do agrado do Senado Paulista, vindo a ser modificada no pacto adicional de Belo Horizonte. Tampouco o projeto João Luís Alves agradaria aos financiadores estrangeiros da nossa exportação do café. O *Times*, de Londres, chegaria mesmo a insinuar que os representantes diplomáticos deveriam agir coletivamente junto ao governo brasileiro no sentido de forçar o Congresso a manter as tarifas até então em vigor. O bloco mineiro, liderado por Afonso Pena e João Pinheiro, sairia afinal vitorioso da pugna, não apenas pela habilidade com que a questão foi conduzida, mas por uma assombrosa intuição que o levava a prestigiar a corrente industrialista manufatureira, mesmo contrariando o patriciado cafeeiro, representado pelos interesses conjugados de exportadores e importadores, ligados ao capital estrangeiro, em detrimento do capital nacional” (Barbosa, 1966:17-18).

O objetivo central da Caixa de Conversão seria a de garantir certa estabilidade da taxa de câmbio em nível tal que estimulando as exportações, fosse também um estímulo à substituição de importações. Resumindo os objetivos centrais da plataforma política de João Pinheiro, Otavio Dulci identificou oito grandes aspectos: 1) a proteção à indústria; 2) a modernização agrícola; 3) a valorização das cooperativas; 4) a substituição de importações; 5) o reconhecimento do papel do Estado na modernização da economia; 6) o papel fundamental dos bancos no processo de desenvolvimento; 7) a ênfase no papel da educação em seus variados níveis; 8) a busca da especialização industrial em função da dotação de recursos naturais (Dulci, 1999: 45-60).

João Pinheiro, insista-se, tinha visão sobre o processo de desenvolvimento econômico que é o contemporâneo. Mesmo a palavra ele a usa. Diz Francisco Iglésias: “João Pinheiro (...) foi um crente na política voltada para a economia, um precursor do que modernamente se chamaria desenvolvimento. Na carta de 24 de maio, em que, na qualidade de presidente do Congresso, encaminhava a Francisco Sales as conclusões do encontro, fala em ‘nosso desenvolvimento econômico’, na importância do que se fez e no positivo que é “substituir as estéreis e desastrosas lutas partidárias em torno de pessoas, pela preocupação fecunda das causas. O problema econômico constitui um terreno neutro, onde devem colaborar todas as atividades e podendo afastar as preocupações pessoais faz convergir ao mesmo tempo

todas as energias úteis para cometimentos proveitosos que conser-
tam os interesses da comunidade inteira” (Iglésias, 1982: 121).

Se a palavra desenvolvimento econômico é usada por João Pinheiro em seu sentido corrente, ele partilha outros e mais decisivos sentidos de “desenvolvimento econômico” com certas perspectivas contemporâneas. Pensa-se aqui na tese explicitamente posta no trecho anterior em que João Pinheiro vê o desenvolvimento econômico como “terreno neutro onde devem colaborar todas as atividades”. Essa visão é versão do que hoje se chama de perspectiva do “crescimento econômico”. Celso Furtado mostrou certa vez que uma das diferenças fundamentais entre o “desenvolvimento econômico” e o “crescimento econômico” é que este último, para ser alcançado, não implica em conflitos, isto é, o crescimento econômico supõe a manutenção das estruturas econômicas e políticas. Por sua vez, o desenvolvimento econômico, para se efetivar, implica em mudanças estruturais, em reformas que distribuam renda e riqueza, de forma tanto a ampliar o mercado interno, quanto a reduzir a dependência externa da economia.

João Pinheiro ao falar em desenvolvimento econômico e vê-lo como “terreno neutro” está antecipando os que hoje entendem que o crescimento econômico, por si só, é capaz de, efetivamente, superar o quadro de miséria e iniquidades que marca o cotidiano de milhões de brasileiros.

Desde a época de João Pinheiro, a economia brasileira já experimentava vários e expressivos momentos de crescimento econômico. Sabe-se que entre 1930-1980 a economia brasileira cresceu a taxas recordes mesmo quando comparada com experiências internacionais. Sabe-se que a sociedade brasileira, nesse período, tornou-se significativamente industrializada, expressivamente urbanizada e amplamente moderna. No entanto, essas três dimensões – industrialização, urbanização e modernização – que no caso dos países centrais também significaram efetivo desenvolvimento, prosperidade econômica e social, no caso do Brasil, porém, esses avanços modernizantes não alteraram o essencial do quadro geral da sociedade brasileira, que continuou pobre, dependente, desigual e subdesenvolvida.

Assim, a grande questão a enfrentar no Brasil não é o crescimento econômico que tem se dado, ou que fora produzido, em diversos contextos e sob diversas formas institucionais. Não se subestimam

aqui os pesados constrangimentos decorrentes da nova etapa do imperialismo e suas imposições sobre as economias, como a brasileira, fragilizadas financeiramente, endividadas e expostas ao capital financeiro internacional. O que se defende aqui é que, mesmo que a economia brasileira volte a crescer, sem alterações estruturais, sem as reformas democrático-populares, sem que se distribua a renda, a riqueza, o poder e a informação, esse crescimento tanto não beneficiará as amplas maiorias excluídas, quanto não superará a dependência externa da economia exatamente por não se basear em um mercado interno forte e consistente.

João Pinheiro, como hoje, reconheceu a importância da educação como insumo decisivo para o desenvolvimento. É neste campo que a ação de João Pinheiro como presidente de Minas Gerais foi reconhecidamente meritória.

Se é meritória e pioneira a política educacional de João Pinheiro, não se retire dela seu sentido básico. Trata-se de uma reforma do ensino que teve como meta a instrução do povo para a realização de uma República, que esteve, sistematicamente, longe de distribuir a renda e a riqueza. Assim, para os filhos dos trabalhadores, o ensino foi a reiteração da desigualdade, na medida em que se buscou não a formação cultural como instrumento emancipatório, porque universalizante, mas reduziu-se a ser educação para o trabalho, educação para o capital.

A Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, que reforma o ensino primário, normal e superior no estado de Minas Gerais, e a Lei nº 444, de 3 de outubro de 1906, que normatiza o ensino técnico prático e profissional, são exemplos do avanço, do pioneiro mesmo, da visão e da prática de João Pinheiro no referente à educação. Registre-se que essa visão de educação estava sintonizada com um marco geral pragmático: educação para o trabalho, educação como instrumento disciplinador de uma força do trabalho ainda não inteiramente submetida às exigências capitalistas. Disse Otávio Dulci “Embora figurasse na agenda oficial desde os primeiros anos do regime republicano, a questão do ensino técnico não foi objeto de uma política consistente em Minas Gerais senão a partir do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, quando começou a mobilizar as elites e o poder público. O foco recaía sobre a questão da força de trabalho, que inquietava os proprietários nesse momento de transição en-

tre o sistema servil e o sistema de mercado. Assim é que o ensino agrícola, na primeira fase, foi concebido como meio de organizar o trabalho, reter o trabalhador rural. A educação para o trabalho seria promovido em dois níveis: o ensino profissional em escolas e o da instrução prática de trabalhadores adultos” (Dulci, 1999:51).

Disciplinar a força de trabalho, criar um mercado de trabalho para o capital foi um dos objetivos centrais do Congresso de 1903, que João Pinheiro buscou realizar em seu governo. Veja-se o que está nos Anais do Congresso de 1903: “Não constitui poderoso auxílio à agricultura e às indústrias a repressão à vadiagem? (...) Não é conveniente o restabelecimento das colônias correccionais modeladas sobre bases que garantem um perfeito funcionamento e os fins altamente humanitários que devem visar? (...)“A falta de segurança individual e das propriedades, a escassez de braços para os trabalhos agrícolas e industriais, a alta de salários, a desorganização do serviço doméstico são males devidos, principalmente, à falta de leis reguladoras e repressivas da vadiagem” (Congresso..., 1981:162).

Não é difícil reconhecer nessas frases ecos das velhas práticas e instituições, a legislação contra a vadiagem, as *workhouses*, que, no contexto da chamada Acumulação Primitiva de Capital, criaram o mercado de trabalho. Em Minas Gerais, no início do século XX, este mesmo processo, a constituição do mercado de trabalho, a criação e disciplinarização da força de trabalho, foi, em grande medida, conduzido pelo Estado. Não é nesse particular que a experiência da constituição do capitalismo no Brasil discrepa do verificado no capitalismo central. Nos dois casos o Estado foi decisivo em vários aspectos como instrumento da imposição capitalista. A grande e fundamental diferença é que, enquanto nos países centrais, o Estado, ao lado da imposição das regras e disciplina do mercado, também foi instrumento da garantia de certos direitos sociais básicos – terra, trabalho, educação, saúde –, no caso do Brasil, o Estado limitou-se a ser só a mão pesada da repressão e da imposição da submissão a um capital que, subalterno, dependente, submeteu-se ao grande capital imperialista condenando a sociedade brasileira ao precário do subdesenvolvimento, da exclusão social.

João Pinheiro, que, sob vários aspectos, pode ser visto como a consciência burguesa possível no Brasil, em certo momento, sintetiza em seu pensamento e em sua prática as vicissitudes do desenvolvimen-

tismo brasileiro, suas virtualidades modernizantes bloqueadas, sistematicamente, pela ausência de processo efetivo de distribuição da renda e da riqueza.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. Prefácio a **A escravidão de Joaquim Nabuco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **João Pinheiro**: documentário sobre a sua vida. Belo Horizonte: APM, 1966.
- BARBOSA, Juscelino. **Relatório do secretário das Finanças**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909, vol. I.
- CARVALHO, Antônio Gontijo de. **Calógeras**. São Paulo: Nacional, 1935.
- CARVALHO, José Murilo. **Teatro de sombras**: política imperial. Rio de Janeiro: Luperj/Vértice, 1988.
- CONGRESSO Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais em 1903. Belo Horizonte, **Revista da Fundação João Pinheiro**, 215-6, maio/junho, 1981.
- DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, EUFMG, 1999.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil Brasileiro**. Salvador: UBahia, 1958.
- IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930)". In V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG, 1982.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Idéias políticas de Pandiá Calógeras**. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa do Rui Barbosa, 1987.
- JOSÉ Oiliam. A propaganda republicana em Minas. In **Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP)**. Belo Horizonte: UFMG, 1960.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeirante. **Pois tudo é assim...**: educação, política e trabalho em Minas Gerais (1889-1907). 1990. Dissertação de Metrado, UFMG, Belo Horizonte, 1990.
- MERQUIOR, José Guilherme. O Brasil no limiar do Século 21. In *Folha de São Paulo*, 15 de julho de 2001.

João Antônio de Paula

- PAULA, João Antônio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. In **Revista História Econômica. História de Empresas**, Hucitec/ABPHE, São Paulo, vol. 1, 2002.
- ROCHA, José Justiniano de. Ação, reação, transação”. In MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Três panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Nacional, 1956.
- RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SAES, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- TAUNAY, Affonso. **Pequena história do café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: DNC, 1945.
- WIRTH, John. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)**. Trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.